

O Setor Florestal e o Desenvolvimento Rural

Newton Duque Estrada Barcellos⁽¹⁾

A análise da bibliografia internacional produzida nos últimos dez anos revela o intenso debate referente à necessidade de se dar um maior enfoque social às atividades florestais (Olsson, 1987; Arnold, 1991; Wood & Burley, 1991; FAO, 1994). Nesse sentido, argumenta-se que para a efetiva contribuição do setor florestal ao desenvolvimento rural, torna-se essencial que as necessidades, objetivos e possibilidades dos agricultores sejam considerados ao se elaborar programas/projetos florestais tanto de cunho comercial como de subsistência.

Os benefícios sócio-econômicos e ecológicos seriam evidentes nesta nova perspectiva. Tradicionalmente, os produtos e serviços derivados das árvores e florestas contribuem para o bem-estar da população rural de três formas: a) fornecimento de madeira para o atendimento de necessidades básicas tais como lenha para uso direto ou para produção de carvão, obtenção de estacas, mourões, material para construção de residências e outras estruturas, fabricação de ferramentas, implementos e veículos rurais, artesanato etc.; b) fornecimento de alimento para o homem (forma direta - frutos, folhas, vagens e raízes; forma indireta - mel, cogumelos, insetos e caça em geral) e para os animais (forragem arbórea, principalmente em regiões áridas e se-

mi-áridas, além da necessária estabilidade ambiental (sombreamento, quebra-ventos, fixação de nitrogênio, proteção contra erosão, reciclagem de nutrientes, balanço hídrico etc.) para o desenvolvimento sustentado da produção agropecuária; c) fonte de renda e emprego para a população rural: além da possibilidade de venda dos produtos citados, há de se considerar também o potencial de absorção de mão-de-obra representado pelas pequenas indústrias rurais e estabelecimentos comerciais que utilizam produtos florestais tais como olarias, casas de farinha, carvoarias, churrascarias, fábricas de móveis, artesanatos, doces, cal e outros.

Porém, o que se observa nesses debates é a pouca referência que se faz às implicações institucionais dessa idéia. Em outras palavras, qual a instituição que deveria ser responsável pela promoção e desenvolvimento de programas florestais de cunho social?

De um modo geral, as instituições oficiais (federais e estaduais), bem como as empresas privadas que atuam no setor, estão voltadas quase que exclusivamente para os aspectos industrial/comercial e de proteção/conservação dos recursos florestais. O corpo técnico dessas organizações, constituído principalmente por engenheiros florestais, não dispõe de formação aca-

dêmica nem experiência profissional que lhe permita trabalhar com comunidades rurais. Além disso, a imagem que, freqüentemente, as instituições florestais públicas têm junto à população rural constitui um obstáculo para o trabalho social. Uma pesquisa recentemente realizada em um país asiático identificou que a pequena adesão dos agricultores a um programa de reforestamento social promovido pelo serviço florestal local devia-se às desconfianças causadas pela forte tradição policial daquela instituição (Dove, 1992).

Por outro lado, os demais profissionais de ciências agrárias, também influenciados pelo conteúdo de sua formação acadêmica e pela cultura das instituições onde trabalham, desconhecem a importante participação dos produtos florestais e arbóreos nas atividades doméstica e produtiva dos pequenos produtores rurais.

No Brasil, onde a maioria da população rural é constituída de pequenos produtores (proprietários ou não), torna-se pouco recomendado tentar estabelecer uma linha divisória entre produção agropecuária e produção florestal. Exemplos marcantes vêm das regiões Norte e Nordeste, onde, devido a fatores sócio-econômicos, políticos, culturais e ambientais, os sistemas de produção dos pequenos agricultores daquelas regiões, além de serem extremamente complexos, têm como característica básica a forte integração entre os diversos recursos disponíveis. Nessas situações, é importante que se entenda o caráter complementar da atividade florestal: muitas vezes, o benefício indireto à atividade agropecuária é até mais significativo que a obtenção de um determinado produto florestal.

Como dar suporte a essa categoria de produtores que utiliza práticas agroflorestais em suas terras, tendo em vista o ambiente institucional existente

(1) Engenheiro Florestal do IBAMA e Bolsista do CNPq na Universidade de Reading (Inglaterra).

K10
E14

cuja tradição é a valorização e/ou maximização de somente um dos componentes do sistema?

A hipótese de se criar uma instituição específica de extensão florestal seria persistir numa visão distorcida da realidade desses agricultores.

Ao se considerar a existente estrutura governamental voltada para o desenvolvimento rural, verifica-se que seria mais apropriado se houvesse um redirecionamento das ações de extensão de maneira a incorporar o componente florestal à mensagem dirigida ao pequeno produtor. As empresas estaduais de extensão rural estariam, assim, promovendo atividades florestais de cunho social através do que se conhece como "extensão agroflorestal".

Essa integração poderia ser analisada sob três aspectos. Em primeiro lugar haveria a necessidade de treinamento dos extensionistas, nos diversos níveis hierárquicos, objetivando a aquisição de conhecimentos básicos sobre os benefícios que as árvores e florestas

podem prestar aos sistemas produtivo e doméstico dos pequenos agricultores. Em um horizonte mais amplo, seria preciso também que os currículos dos cursos superior e técnico de agricultura, veterinária e zootecnia fossem adaptados de maneira a incorporar a dimensão "florestal social" aos mesmos.

O segundo aspecto da integração da atividade "florestal social" à estrutura dos atuais serviços de extensão rural refere-se à necessidade que haveria de contratação de engenheiros e técnicos florestais. Evidentemente, esses profissionais teriam que ter formação acadêmica e experiência em temas tais como sociologia e economia rural, políticas agrícolas, sistemas de produção agropecuários e extensão rural entre outros. Essa nova perspectiva, com certeza, iria exigir uma reorientação do atual sistema de ensino florestal do País.

Finalmente, tendo em vista a necessidade de formulação de modelos de atuação que incorporem uma visão holística dos sistemas produtivo e do-

méstico existentes, essa integração poderia ser vista como o passo inicial para a formação de equipes multidisciplinares na estrutura das instituições de extensão rural. Assim, na medida do possível, seria necessária também a incorporação de profissionais das áreas de antropologia, sociologia, psicologia, geografia e nutrição.

É importante que essa proposta não seja vista como uma carga extra de trabalho aos extensionistas, nem mesmo como a criação de uma nova unidade técnica especializada em atividades florestais. Conforme visto anteriormente, considerando sua importância para os pequenos produtores rurais, o componente florestal deve permear todo o trabalho de extensão.

O fundamental é reconhecer que, sem o componente florestal de cunho social, o objetivo da extensão rural brasileira de "contribuir para o aumento da produção, produtividade, renda líquida e bem-estar das famílias rurais, sem agressão ao meio ambiente", dificilmente será atingido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnold, J.E.M. (1991). *Tree Products in Agricultural Systems: Economic and Policy Issues*. London: IIT.
- Dove, M.R. (1992). *Foresters' Beliefs About Farmers: a Priority for Social Science Research in Social Forestry Agroforestry Systems* 17(1):13-41.
- FAO (1994). *Consulta de Expertos sobre El Avance de la Agroforesteria en Zonas Andas y Semtiadas de America Latina y el Caribe*. Santiago: FAO.
- Olson, G. (1987). *Employment and Income Generation in Social Forestry*. Geneva: ILO.
- Reed, P.J. & Dudley, J. (1991). *A Tree for All Reasons - The Production and Evaluation of Multipurpose Tree for Agriculture*. Nairobi: ICPM.